

Congresso deverá aprovar as reformas

por Claudia Safatle
de Brasília

O Congresso Nacional, afirmou ontem seu presidente, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), aprovará um ajuste fiscal até o dia 15 de dezembro deste ano. E que, até o final do período legislativo, o Congresso deverá aprovar, também, os projetos de modernização dos portos, de concessão dos serviços públicos e o que ordena as licitações de obras públicas, além da reforma eleitoral e partidária.

"Essas são questões que esperamos ver deslindadas até 15 de dezembro", disse o senador.

Haverá um ajuste fiscal para 1993, como deixaram claro o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e o presidente do Senado ao ministro da Economia, Gustavo Krause, que ontem cumpriu uma rodada de encontros com lideranças do Legislativo e empresariais, deixando a todos a seguinte mensagem: "A prioridade absoluta e imediata do governo é o ajuste fiscal".

Não se sabe, contudo, qual será o formato desse ajuste. "Ele será o ajuste decorrente da pluralidade das forças políticas no Congresso Nacional. Não será a reforma dos nossos sonhos. Mas será a reforma possível", sublinhou o ministro da Economia. Do presidente da Câmara dos Deputados, Krause ouviu que fará todo o empenho para incluir a proposta fiscal na lista de prioridades de votação que será definida pelo colégio de líderes da Câmara em reunião hoje. Hoje o ministro da Economia reúne-se, pela manhã, com o deputado Mescias Gois (PFL/SE), presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para tratar da proposta do Orçamento Geral da União para 1993.

07 OUT 1992

GAZETA MERCANTIL

Congresso deverá aprovar as reformas

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, e Gustavo Krause desejam rever a proposta de Lei Orçamentária e redefinir prioridades governamentais para o ano que vem. Embora prazo para apresentação de emendas à proposta do Executivo terminasse hoje, o presidente da comissão pretende adiá-lo para o dia 20 próximo. Ao saber disso, o ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, anunciou que fará "uma revisão completa no orçamento" da sua pasta, para alterar as prioridades estabelecidas pelo seu antecessor, Ricardo Fiúza.

A tendência é cortar substancialmente as verbas para os projetos prioritários do presidente afastado, Collor de Mello, sobre tudo as destinadas aos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC). Uma eventual remontagem do orçamento poderá ser feita por emendas ou mesmo com o governo retirando o projeto original e enviando outro.

Todas essas iniciativas, contudo, serão submetidas à palavra-chave da nova administração econômica: "Negociação". "A minha vinda aqui hoje não é um ato gestual. É a administração política da economia, como eu disse ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro", assinalou o ministro da Economia, após a conversa com o presidente da Câmara. Hoje, Krause almoçará com os deputados-economistas e discutirá qual a proposta mais viável para o ajuste fiscal. A convergência, segundo o ministro, é para fazer uma reforma restrita, emergencial, deixando as questões mais polêmicas, como as transferências de encargos para os estados e municípios, para a fase de revisão da Constituição, em 1993. Seria, assim, mais uma reforma tributária do que propriamente fiscal (que implicaria a revisão também da estrutura dos gastos públicos).

Isso, contudo, não agradou o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que ontem foi, juntamente com o governador do Ceará, Ciro Gomes, ao Ministério da Economia. Jereissati acha que seria melhor "aproveitarmos esse momento para aprovar a reforma fiscal ideal". Disse, também, estar de acordo com a criação do Imposto sobre Transações Financeiras para financiar o "buraco" da Previdência Social, mas de maneira provisória.

Originalmente, a ideia de Krause era aproveitar todos os projetos de reforma fiscal que tramitam pelo Congresso, e ele pretende conversar com seus autores nos próximos dias, e deles extrair partes que poderiam ser objeto de consenso no Congresso. Matérias de dissenso, porém neces-

sárias, seriam submetidas à votação. O presidente do Congresso disse que a instituição "vai apreciar as propostas do governo passado (o projeto de reforma preparado pela comissão de Ary Oswaldo Mattos Filho) que serão alteradas pela nova equipe". O ministro da Economia afirmou: "Vamos ter nossas idéias e fazermos nossas contas". O senador Mauro Benevides deixou um conselho para o ministro: "As articulações sobre essa matéria devem processar-se com a máxima celeridade possível".

Encerrados os contatos com os presidentes da Câmara e do Senado e a primeira reunião que teve com lideranças empresariais, junto com o presidente da República em exercício, Itamar Franco, Krause teve um breve encontro com o articulador político do governo, senador Pedro Simon (PMDB/RS). Ambos conversaram sobre a necessidade de um acordo nacional, envolvendo políticos, empresários e trabalhadores. "A sociedade brasileira mobilizou-se pelas diretas-já, pelo 'impeachment', pela anistia, mas para construir e costurar um acordo temos que tentar vencer essa tradição de que não dá para fazer", ponderou Simon.

Antes de encontrar-se com o ministro da Economia, o senador teve uma conversa com o deputado Aloysio Mercadante (PT/SP), que está preparamo um programa mínimo do PT, que será submetido à executiva do partido nesta sexta-feira, para apresentá-lo ao presidente em exercício. Nesta proposta, o PT deverá sugerir a reativação das câmaras setoriais como fórum mais adequado para a costura de acordos de preços, redução de alíquotas de impostos e consequente redução das margens de lucro. Sugere uma reforma fiscal direcionada para impostos diretos e abarcada dentro de um programa de estabilização. Para os trabalhadores, a sugestão menciona evitar perdas salariais futuras e estabilidade no emprego, além de uma política específica de criação de novos empregos.

A passagem do ministro da Economia pelo Congresso Nacional, ontem, foi vista como sinal de novos tempos. Krause foi recebido, na porta do edifício, pelo presidente da Câmara e pelo deputado Ulysses Guimarães. À saída da presidência da Câmara, recebeu um abraço do deputado do PT, José Genoino, entrou no plenário, onde foi aplaudido, e inaugurou uma prática que não se via pelo menos nas últimas três décadas: um ministro da Economia com mandato parlamentar que compareceu ao Congresso sem ser convocado. O último ministro com essas características foi José Maria Alkimim, na década de 50.

GAZETA MERCANTIL

07 OUT 1992